



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 10840.000182/97-41

Acórdão : 203-07.268

Sessão : 19 de abril de 2001

Recurso : 110.298

Recorrente : ALBANEZI MENEGUCCI COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA.

Recorrida : DRJ em Ribeirão Preto - SP

NORMAS PROCESSUAIS - DEPÓSITO RECURSAL - AUSÊNCIA - NÃO CONHECIMENTO - A revogação de liminar que autorizou a tramitação do recurso sem o respectivo depósito impede a sua análise pela segunda instância administrativa. **Recurso não conhecido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: ALBANEZI MENEGUCCI COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por falta de depósito recursal.**

Sala das Sessões, em 19 de abril de 2001

Otacílio Dantas Cartaxo
Presidente

Mauro Wasilewski
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Renato Scalco Isquierdo, Antonio Augusto Borges Torres, Francisco Sérgio Nalini, Maria Teresa Martínez López, Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva e Francisco de Sales Ribeiro de Queiroz (Suplente).

Eaal/mas/cf



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : **10840.000182/97-41**

Acórdão : **203-07.268**

Recurso : **110.298**

Recorrente : **ALBANEZI MENEGUCCI COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA.**

RELATÓRIO

Trata-se de lançamento da COFINS mantido pela DRJ em Ribeirão Preto- SP, que ementou sua decisão da seguinte forma (fls. 40):

"FALTA DE RECOLHIMENTO.

A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social é devida à alíquota de 2,0% incidente sobre o faturamento mensal. A inadimplência sujeita a empresa aos acréscimos legais correspondentes à correção monetária, juros moratórios e multa proporcional.

INCONSTITUCIONALIDADE.

Somente o Poder Judiciário declara a constitucionalidade das leis, porque presumem-se constitucionais todos os atos emanados do Poder Executivo e do Congresso. Assim, cabe à autoridade administrativa apenas promover a aplicação da lei, nos escritos limites do seu conteúdo."

Em seu recurso, a contribuinte diz, em síntese, o seguinte:

- a) comenta sobre a implantação da COFINS, passando pelo FINSOCIAL, no sentido de provar que a exação instituída pela LC nº 70/91 é cumulativa e fere o princípio do art. 154 da Constituição Federal;
- b) que fere o princípio da *non-bis-in-idem*, pois a base de cálculo é a mesma do ICMS;
- c) que a COFINS não é imposto, pois não preenche a caracterização do art. 154, I, da CF; e
- d) requer a improcedência do lançamento.

Segundo fls. 63 a 67, o Poder Judiciário revogou a liminar concedida para o não recolhimento do depósito recursal.





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : **10840.000182/97-41**

Acórdão : **203-07.268**

Por seu turno, o julgador originário do processo da 5^a Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes entendeu que, sendo autônoma a autuação, a matéria é de competência do Segundo Conselho de Contribuintes/MF.

A PGFN foi intimada do Despacho Interlocutório de fls. 69 e não se manifestou.
É o relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "P. B. J.", is placed here.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

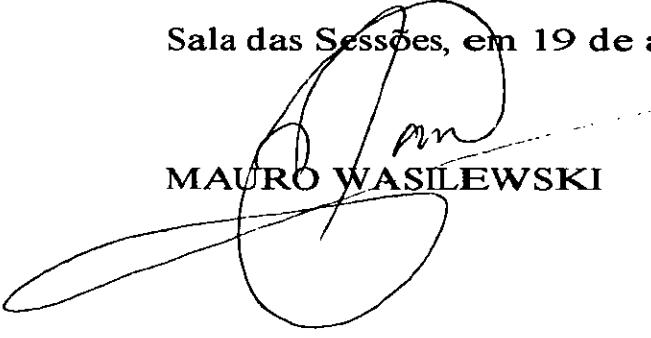
Processo : **10840.000182/97-41**

Acórdão : **203-07.268**

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR MAURO WASILEWSKI

Como a liminar concedida em primeira instância do Poder Judiciário Federal, para o não recolhimento do depósito recursal, foi revogada pela decisão de mérito e, ainda, o fato de não constar nos autos a prova de recolhimento de tal depósito, deixo de conhecer do recurso.

Sala das Sessões, em 19 de abril de 2001


MAURO WASILEWSKI